

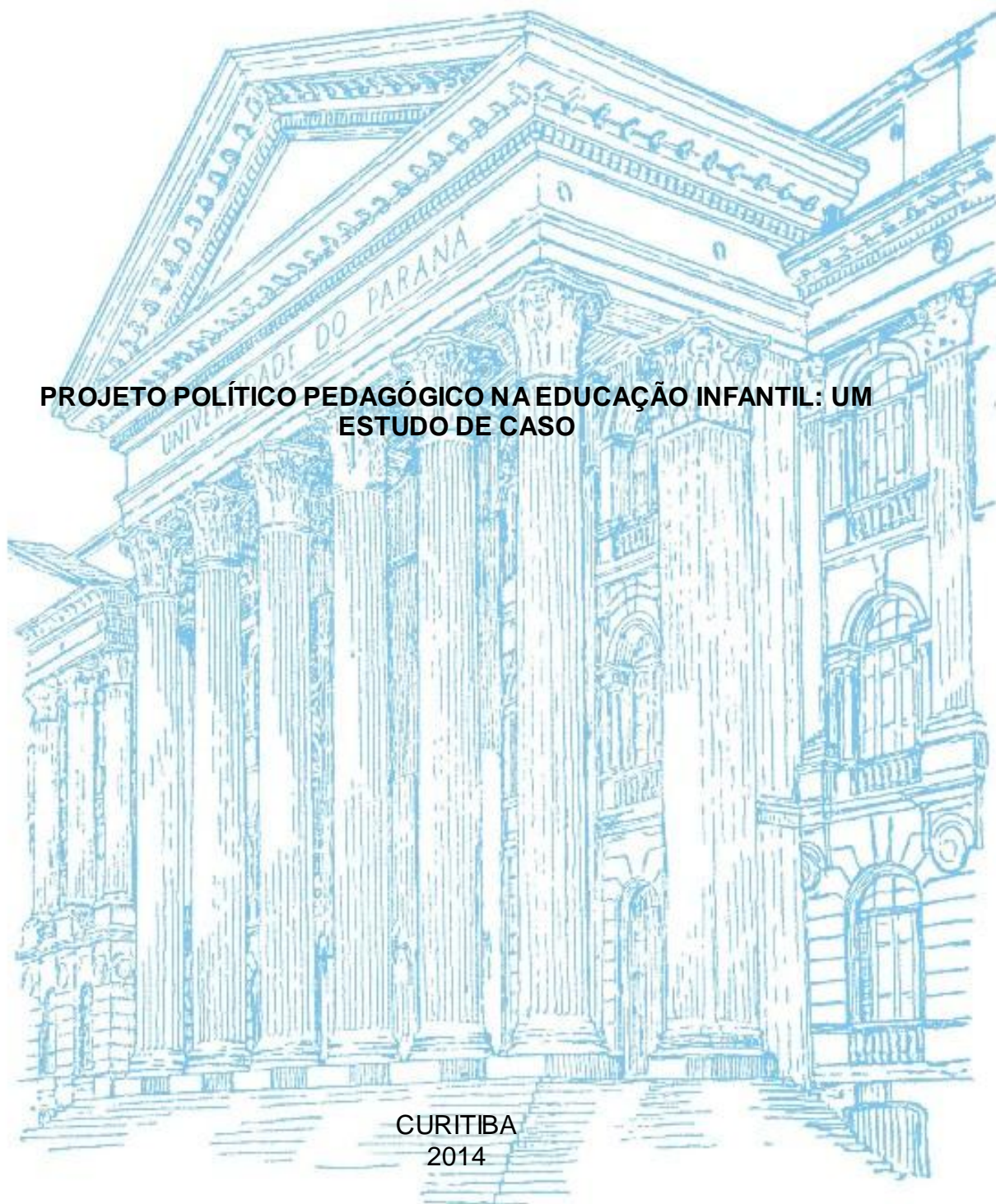
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

BARBARA MORELI PISTORI TORRES

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM
ESTUDO DE CASO**

CURITIBA
2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

BARBARA MORELI PISTORI TORRES

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM
ESTUDO DE CASO**

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador (a): Aparecida Reis Barbosa.

CURITIBA
2014

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: UM ESTUDO DE CASO

TORRES, Bárbara Moreli Postori^{*}

RESUMO

O presente artigo foi construído com base na temática do Projeto Político Pedagógico, de sua importância no contexto educacional, e da relevância desse documento ser construído com a participação da comunidade escolar, chegando, assim, a uma gestão realmente democrática. O objetivo geral é destacar a importância de uma construção coletiva do Projeto Político Pedagógico, como caminho para a construção de uma educação de qualidade. A democracia é uma questão que precisa fazer parte da vida escolar, e o primeiro passo de uma prática educacional democrática é através de um PPP construído com a participação de toda a comunidade escolar. O estudo foi realizado numa instituição de educação infantil do município de Umuarama, buscando analisar em que medida a comunidade escolar participa no processo de elaboração, reelaboração e execução do PPP, indicando limites e possibilidades de ação. A revisão de literatura apresenta os referenciais que nortearam conceitualmente este estudo e a pesquisa de campo combinou a análise do PPP e o olhar dos diferentes sujeitos envolvidos na instituição.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico. Comunidade Escolar. Qualidade. Democracia.

^{*}Artigo produzido pela aluna Barbara Moreli Postori Torres, do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação da professora Aparecida Barbosa. E-mail:

1. Introdução:

A falta de atualização do Projeto Político Pedagógico das escolas que atendem os alunos em tempo integral, e também em outras escolas, gera um distanciamento cada vez mais perceptível entre teoria e prática. Essa desatualização faz com que a equipe pedagógica fique perdida e não compreenda os caminhos que precisa seguir. Além disso, a atualização do PPP é condição para que as escolas recebam recursos financeiros como o PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola. Neste caso, a instituição, universo deste estudo enfrentou dificuldades por apresentar documentos desatualizados e incompletos.

Para construir esse estudo foi realizada uma pesquisa bibliográfica, na qual se buscou aprofundar conceitualmente duas temáticas centrais PPP e gestão democrática.

Os dados não estão atualizados ao projeto e atuação da escola, e quando se é feito o plano de ação no início do ano, tudo se modifica ao longo do ano letivo, sem respeitar datas e projetos propostos. Alguns professores se “perdem” e se “atropelam” com a proposta pedagógica, avaliação e articulações inseridas neste plano.

Outro fator é a comunidade escolar que desconhece este documento e não participa efetivamente do processo de construção e implementação do Projeto Político Pedagógico.

No entanto, a LDB nº 9394/96 art.3 inciso VIII reafirma e contempla a gestão democrática no art.14 que dispõe sobre os princípios da gestão democrática nas escolas públicas: “I – Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político-pedagógico da escola; II – Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”.

Por isso a importância de conhecer o PPP, pressupostos e referencia e ao mesmo tempo ouvir os diferentes sujeitos que estão envolvidos na instituição de ensino de educação infantil.

Para a análise da construção coletiva do Projeto Político Pedagógico, na educação Infantil, objeto deste estudo, foram definidos os seguintes objetivos:

- Identificar em que medida o PPP, valida e melhora as condições de trabalho de todos na escola;
- Compreender a relevância do Projeto Político Pedagógico, como documento norteador da organização do trabalho pedagógico na instituição de educação infantil no cotidiano;
- Analisar o envolvimento de toda a comunidade escolar no processo de elaboração, reelaboração e execução do PPP, indicando limites e possibilidades de ações na comunidade escolar.

O presente texto destaca algumas considerações sobre a importância da elaboração e reelaboração do Projeto Político Pedagógico. É sabido que, o PPP está relacionado com a organização do trabalho pedagógico da escola, e que ele oferece caminhos indispensáveis para efetivação da gestão democrática, envolvendo a organização da escola, o trabalho docente, objetivos da educação, currículo, avaliação, entre outros fundamentos e metodologias.

Portanto, construção/implementação do PPP com a participação de toda comunidade escolar viabiliza e amplia a gestão democrática, possibilitando ainda o olhar detalhado as necessidades e problemas da escola, diagnosticando e facilitando a busca de a solução para estes problemas.

Isso se mostrou como ponto de partida para compreender e esclarecer dúvidas diante das quais professores e funcionários se deparavam, em relação à forma de agir e como seguir os planos de ação, regimento escolar e o currículo na qual a escola não tinha.

a. Apresentação da estrutura do texto

O presente artigo destaca na pesquisa bibliográfica referenciais sobre o Projeto Político-Pedagógico: conceitos e relevância, a relação PPP e a Gestão Democrática , sendo este um percurso fundamental para aprendizagem. A seguir apresenta e analisa os dados coletados na pesquisa de campo, buscando aplicar o que foi estudado teoricamente, em um contexto prático, confrontando teoria e realidade.

2. Revisão de literatura

2.1 Projeto Político-Pedagógico: conceitos e relevância

A melhoria da qualidade de ensino é um objetivo de toda escola. E para atingir estas metas, uma ferramenta indispensável é o Projeto Político Pedagógico, que serve de alicerce para o alcance desta conquista.

O PPP é uma dessas ações que abrange e envolve democraticamente todos os sujeitos da escola, em uma construção de objetivos e projetos pedagógicos, levantando ideias, transformações e ações que garantam a formação de cidadãos e com direcionamento as necessidades da escola.

Segundo Veiga (1995): “Um projeto político pedagógico, ultrapassa a dimensão de uma proposta pedagógica. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente”.

O PPP expressa o projeto da escola, sua caracterização deve compreender e responder o que o mundo introduz ao aluno na cultura e no seu espaço de criação e desenvolvimento na escola, construindo e reconstruindo o cotidiano do sujeito.

Para Vasconcellos (1995):

Projeto Pedagógico [...] é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita re-significar a ação de todos os agentes da instituição (VASCONCELLOS, 1995, p.143).

Dessa forma, o PPP se apresenta como um instrumento democrático, que se mostra capaz de realizar e conduzir inovações e qualificações no processo de desenvolvimento de ensino, através de uma construção real, que se pauta em dificuldades e realidades do contexto de cada escola.

A esse respeito Neves (1995, p. 98) adverte que:

A autonomia da escola é, pois, um exercício de democratização de um espaço público: é delegar ao diretor e aos demais agentes pedagógicos a possibilidade de dar respostas ao cidadão (aluno e responsável) a quem servem. A autonomia

coloca na escola a responsabilidade de prestar contas do que faz ou deixa de fazer, sem repassar para outro setor essa tarefa e, ao aproximar escola e família, é capaz de permitir uma participação realmente efetiva da comunidade, o que caracteriza como uma categoria eminentemente democrática. Nessa perspectiva, a autonomia apresenta-se como um norte a ser perseguido, no sentido de construir uma escola que esteja centrada numa postura democrática (NEVES (1995, p. 98).

Conforme afirma Veiga (2004, p.12) “Ao construirmos os projetos de nossas escolas, planejamos o que temos intenção de fazer, de realizar. Lançamo-nos para diante, com base no que temos, buscamos o possível”. O Projeto não deve ser entendido com um documento que após ser construído deve ser arquivado, cumprindo apenas tarefas burocráticas.

A organização do ensino e aprendizagem, a construção de projetos e de conhecimentos, garante o processo social e político da escola, em que discussões coletivas e os recursos a serem aplicados em projetos contribuem para a formação de cidadãos de ética, capazes de respeitar a sociedade.

A escola tem autonomia para essas ações, que devem ser coletivas, influenciando na qualidade de ensino em que o projeto político pedagógico seja um instrumento norteador que construa a identidade institucional.

Como afirma Paro (1999):

(...) se pretende, com a educação escolar, concorrer para a emancipação do indivíduo, que como cidadão participe de uma sociedade democrática; e, ao mesmo tempo, dar-lhe meios não apenas para sobreviver, mas para viver bem e melhor no usufruto de bens culturais que hoje são privilégio de poucos; então a gestão escolar deve fazer-se de modo a estar em plena coerência com esses objetivos (PARO, 1999, p. 304).

De acordo com Veiga (1998), merece destaque a questão da construção do PPP três movimentos básicos que retratam o entendimento e percurso deste caminho no processo de construção do PPP denominados pela autora de: Ato Situacional, Conceitual e Operacional.

Sobre esses atos, Oliveira (2006), destaca os objetivos de cada um deles, defendendo que o objetivo do Ato Situacional é assimilar o movimento interno da escola, conhecendo seus conflitos e as suas contradições, construindo um diagnóstico e definindo e apontando no que é preciso realizar

ações; Quanto ao Ato conceitual, propõe a concepção de educação, sociedade, Homem, escola, currículo, ensino e aprendizagem, buscando um esforço analítico acerca da realidade que se observou no Ato Situacional, apontando as prioridades que precisam ser trabalhadas; E o Ato Operacional trata-se da forma como as tarefas serão realizadas, abordando as atividades que precisam serem assumidas para que a realidade da escola seja transformada, atingindo as metas propostas.

É interessante destacar a importância de todas essas etapas e de um acompanhamento de ambas, em busca da garantia de que o PPP será utilizado de maneira adequada, possibilitando um ambiente escolar que apresente condições para uma formação de qualidade.

Vasconcellos (2000) também esclarece que o diagnóstico não é um simples retrato da realidade ou um mero levantamento de dificuldades. Para ele o diagnóstico é, “antes de tudo, um olhar atento à realidade para identificar as necessidades radicais, e/ou o confronto entre a situação que desejamos viver para chegar a essas necessidades” (p. 190).

Assim, compreender a relevância do PPP como um instrumento norteador da organização do trabalho pedagógico da escola se afirma conforme Sousa (1998) “a trajetória percorrida deixa-nos a certeza de que é possível a construção coletiva em nível de rede escolar, procurando superar suas fragilidades e implementar o que tem dado certo” (p. 154).

2.2 O PPP e a Gestão Democrática escolar para uma construção coletiva

Mesquita (2012) defende que a gestão democrática e participativa dentro do contexto escolar é construída através da prática que deve dar preferência ao desenvolvimento integrado de todos os que estão envolvidos na realidade da escola. A discussão sobre a gestão democrática escolar e o seu papel na democratização do contexto escolar tem sido cada vez mais discutida, e nesse contexto se destaca a importância da participação dos professores, alunos, pais e da comunidade na realidade da escola. Dependendo, certamente, da abertura construída pela gestão escolar na relação com os outros personagens da escola.

Para Albuquerque e Aguiar (2005), a gestão escolar nessa sociedade, que ainda tem como foco principal a organização, exige novos mecanismos e instrumentos que possam tornar essa atuação mais efetiva, e um trabalho gestor que possa promover a autonomia da escola e uma gestão participativa e principalmente democrática. Através da criação desses mecanismos é que a legislação educacional pode determinar a instituição, através do conselho escolar, construção do projeto político pedagógico e da eleição de seus dirigentes.

Todos os instrumentos que podem ser utilizados em busca da construção de uma gestão efetivamente democrática são fundamentais para formar uma escola de qualidade, que forme cidadãos responsáveis e conscientes.

Segundo Azevedo (2002) apud Azevedo (2004), mesmo que a democratização da gestão escolar se mostre como integração das bandeiras das forças que levaram ao processo de redemocratização política do Brasil, mesmo que não se possa negar algumas conquistas realizadas, as transformações sociais se transformaram nas últimas décadas, com novas necessidades, mudança da noção de democracia. Assim, com base nas referências que trazem inspiração neoliberal na questão da reforma administrativa do Estado, acabaram apontando a gestão de má qualidade como a causa principal de todos os males educacionais, prejudicando os processos de ensino-aprendizagem. Buscando constantemente superar esses problemas, compreendendo a interpretação da realidade que leva a novas formas de gestão escolar.

Certamente, a gestão escolar é fundamental para a qualidade do ensino que a escola oferece. Contudo, quando se pensa em uma atuação escolar coletiva, é preciso que se valorize a participação de todos, e um trabalho conjunto com a gestão escolar.

Veiga (2009) explica que a gestão democrática necessita romper com a prática administrativa da escola com o enfrentamento de questões de exclusão e reprovação e da evasão do aluno, que acaba gerando uma marginalização dessas classes sociais. A gestão democrática assume o compromisso de buscar a construção coletiva de um projeto político-pedagógico que esteja ligado aos interesses e às necessidades da população. Para que, assim, se

compreenda os problemas que a prática pedagógica enfrenta, e que gera a exigência de uma gestão democrática efetiva. Assim, busca-se o rompimento com a divisão entre o pensar e o fazer, buscando uma abordagem mais prática para o cenário escolar.

Ou seja, para que a gestão democrática escolar consiga realizar um trabalho efetivamente direcionado para as práticas pedagógicas, é fundamental que se defenda uma postura educacional mais abrangente, que valorize o desenvolvimento de uma proposta conjunta, que saiba observar, analisar e discutir formas de sanar os problemas enfrentados pela educação atual.

De acordo com Picolli (2008), quando se aborda a questão da gestão democrática ocorre em todos os âmbitos da escola. Envolvendo diretores, pedagogos, professores, conselheiros, todos se mostram como gestores, cada um com as suas competências no trabalho escolar. Com destaque para a relevância do papel do professor enquanto o gestor pedagógico, isso porque o professor é o mediador dos conhecimentos que são destacados na proposta pedagógica, que leva o que está proposto no currículo para os alunos.

Se no espaço da sala de aula a gestão ocorrer de forma democrática, por meio da socialização dos conhecimentos, da clareza quanto aos objetivos a serem alcançados, da definição dos critérios avaliativos, do respeito aos “combinados” e quanto aos regulamentos expressos no Regimento Escolar, conseqüentemente o processo ensino-aprendizagem terá uma probabilidade muito grande de efetivação (PICOLLI, 2008, p. 08).

Assim, de acordo com a efetivação do processo de ensino-aprendizagem é que se torna possível compreender a importância de cada professor para a construção do conhecimento de seus alunos, e para a sua formação efetiva.

Para Longhi e Bento (2006), o Projeto Político Pedagógico não pode ser imposto, mas sim deve ser construído de maneira coletiva, considerando a sua característica como documento que reflete a identidade de uma comunidade escolar e não de um grupo ou mesmo equipe técnica, mostrando-se como uma necessidade e não como uma obrigação a ser cumprida. Para que essa construção coletiva seja possível, é preciso que sejam realizadas discussões e reuniões que possam envolver a comunidade escolar, unindo a equipe

administrativa, financeira e pedagógica, com alunos, familiares e comunidade, dando enfoque na melhoria da prática educativa e também na transformação de ideias e concepções em movimentos importantes e fundamentais para essa construção.

De acordo com Azevedo (2004), a importância do PPP, principalmente quando se assume o sentido desse documento, ocorrendo como o resultado de um processo de elaboração e implementação coletiva, pautada no princípio democrático da participação e também como elementos do exercício da gestão democrática. Sob esta perspectiva, o PPP também se mostra como um instrumento fundamental para que se efetive a construção e a instalação da democracia social entre nós, significando que a democracia não está limitada à dimensão política, envolvendo uma articulação entre as práticas de participação social. Dessa forma, é preciso que grande parte das instituições sociais, envolvendo serviços públicos e a escola, com um governo democrático. O índice de desenvolvimento democrático é destacado não somente pelo número de pessoas que votam, mas principalmente pelo número de instâncias que assumem o direito de voto, não importando quem vota, mas também como o exercício primário da participação, criando e ampliando o espaço público das decisões.

Azevedo (2004) também explica que todo o processo necessita de um articulador, no caso da construção do PPP, este pode ser o diretor da escola, supervisor, coordenador ou qualquer outra liderança expressiva dentro do contexto escolar. Com base nas dimensões da escola, como quantidade de alunos e funcionários, seu espaço, também poderá haver uma equipe articuladora. Sobre essa equipe recairá o conhecimento e a reflexão acerca das metodologias de construção coletiva do PPP, buscando um planejamento das formas de participação e da sensibilização de todos os sujeitos importantes nesse processo de construção. As realidades escolares são diversas, por isso, se opta por denominar a equipe articuladora como quem assume a liderança nesse processo. A equipe se pauta em ideias, buscando motivações sobre o próprio articulador que, se estiver sozinho pode enfrentar dificuldades possíveis e prováveis que irão se deparar na caminhada, como parte de uma equipe, havendo várias possibilidades em seu trabalho. Essa equipe precisa contar com o restante da comunidade escolar, para trocar opiniões e buscar soluções,

para que seja possível construir uma proposta mais direcionada às necessidades apresentadas pela escola em questão.

A educação infantil é de grande relevância, de acordo com o que aponta Vasconcelos et al. (s.d.), através da Constituição Federal de 1988, a Educação Infantil passou a ser a primeira etapa da educação básica, sendo apontada nas políticas públicas da educação, com uma vertente mais educacional do que se via até então, e não apenas em caráter assistencialista. Esse foi um marco histórico na educação brasileira, e a educação infantil passou a ser entendida como um direito da criança, tendo que contar com propostas pedagógicas sobre o desenvolvimento da criança, destacando que esse período envolve um amadurecimento fundamental para a qualidade de vida da mesma.

A escola precisará estabelecer e ampliar, cada vez mais, as relações sociais, fazendo com que a criança, aos poucos, tenha capacidade de articular seus interesses, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes que contribuam para sua formação integral. Projeta-se, portanto, a educação como etapa fundamental presente no nosso cotidiano, tendo como princípios o desenvolvimento integral da criança, valorizando suas capacidades individuais, a criatividade, a reflexão, a construção cognitiva e a exploração do meio sociocultural ao qual esta pertence, sem discriminação.

Percebe-se, também, a necessidade de proporcionar a criança um ambiente aconchegante, que transmita segurança e confiança visando facilitar a adaptação e a interação com o meio. Para tanto, as instituições escolares devem proporcionar momentos que favoreçam o desenvolvimento da autonomia, a criticidade e a construção da identidade da criança, onde essas sejam valorizadas em sua cultura e em seu contexto bio-psico-social (VASCONCELOS ET AL., S.D., p. 04).

Nesse sentido, a importância da escola no desenvolvimento social, intelectual e pessoal da criança é incontestável, por isso, nas escolas de Educação Infantil, o PPP também deve ser construído buscando atender às necessidades educacionais da criança e da comunidade escolar que circunda.

3. Análise de informações coletadas (dados quantitativos e/ou qualitativos)

a. Metodologia utilizada para coleta e organização das informações

Para a coleta de dados deste estudo foram utilizados questionário semi-estruturado e entrevista com a comunidade escolar, buscando apontar o diagnóstico da elaboração e reelaboração do PPP, quando foi elaborado? Quem participou? E como vem sendo executado.

Além da entrevista, o PPP da escola, se constituiu em fonte de dados. No estudo do PPP o objetivo foi o de identificar se este documento é colocado em prática, considerando o que está prescrito, e se o plano de ação e currículo são desenvolvidos de forma correta e em tempo.

A abordagem metodológica com entrevista semiestruturada, sobre o conhecimento e desenvolvimento do PPP na escola, considerou como os sujeitos envolvidos com a instituição de educação infantil pais, professores, funcionários e APMF.

Para Queiroz (1988), a entrevista semiestruturada é uma técnica de coleta de dados que supõe uma conversação continuada entre informante e pesquisador e que deve ser dirigida por este de acordo com seus objetivos. Desse modo, da vida do informante só interessa aquilo que vem se inserir diretamente no domínio da pesquisa. A autora considera que, por essa razão, existe uma distinção nítida entre narrador e pesquisador, pois ambos se envolvem na situação de entrevista movida por interesses diferentes.

A escolha desta técnica, se deu por ser direta, e permitir conhecer, compreender e revelar o conhecimento e envolvimento desses sujeitos no processo de construção/ implementação do PPP.

b. Apresentação das informações

A pesquisa de campo foi realizada no Centro Municipal de Educação Infantil da rede pública situada no Jardim Panorama, Município de Umuarama, no Estado do Paraná.

Através da pesquisa no Projeto Político Pedagógico desta instituição observou-se que se trata da primeira creche municipalizada em Umuarama. Fundada em 1988, sem fins lucrativos. A instituição surgiu da necessidade do bairro para atender às crianças em horário extracurricular, quando os pais estavam trabalhando. A creche está vinculada ao trabalho assistencial da Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Até o final de 1994 a creche recebia aproximadamente 85 crianças e adolescentes, em 1997, chegou a 100, e até 1999 atendia diariamente 120 crianças.

A creche passou por dificuldades financeiras a partir de 1999, realizando promoções para conseguir se manter. Em 2013 a creche se municipalizou, tornando-se um Centro Municipal de Educação Infantil.

Os objetivos apresentados no Projeto Político Pedagógico do CMEI refletem a sua responsabilidade com a educação em relação às crianças atendidas, como:

- Assegurar os direitos da criança, preservando suas características etárias e atendendo suas necessidades básicas.
- Respeitar a diversidade de expressões culturais, valorizando o lugar de onde procede a criança, sem qualquer tipo de discriminação social, sexual, religiosa, regional ou de características humanas diferenciadas.
- Formar indivíduos críticos coerentes, criativos, solidários e ativos, construtores de seu conhecimento (individual e social), nas quais as bases psicológicas são as do construtivismo - Interacionismo.
- Garantir à criança do Centro de Educação Infantil Cora Coralina atendimento qualitativamente satisfatório nos aspectos biopsicossocial e educacional, visando seu desenvolvimento integral (PPP CMEI CORA CORALINA, 2013, p. 01).

Sobre os objetivos específicos, o CMEI observado apontam as seguintes questões:

- Desenvolver junto à criança, cotidianamente, atividades que integram o cuidar e o educar de acordo com a faixa etária, respeitando suas individualidades.
- Envolver os pais em um trabalho integrado e articulado ao CMEI.
- Oportunizar aos servidores do Centro Municipal de Educação Infantil Cora Coralina, condições para a superação

das principais dificuldades sentidas, de ordem pessoal e funcional, para o desempenho de seu trabalho, prestando o atendimento necessário.

- Buscar condições para a constante otimização administrativa e funcional do Centro Municipal de Educação Infantil Rachel de Queiroz (PPP CMEI CORA CORALINA, 2013, p. 02).

O PPP da instituição estudada apresenta princípios fundamentais para a construção de um trabalho educacional de qualidade. Apesar de contar com a data de 2013, precisa ser revisto constantemente, considerando as transformações sociais crescentes que precisam refletir no processo educacional.

O Centro Municipal de Educação Infantil, universo deste estudo, oferece um atendimento em período integral, com uma educação infantil, contando com cinco turmas que estão distribuídas por suas faixas etárias. Assumindo como forma de avaliação pautada no processo de observação do professor com atividades organizadas em um portfólio individual, de cada aluno, com olhares avaliativos que apontam para que o professor possa assumir a verificação da aprendizagem de alunos.

O centro de educação infantil afirma em seu PPP (2013) que os seus pressupostos estão pautados em questões filosóficas, psicológicas, pedagógicas e sociológicas, definindo como suas principais linhas de ação a caracterização de ações educacionais. As finalidades buscariam atender aos direitos das crianças na conquista de seu espaço que lhe propicie um desenvolvimento integral, pautado em um projeto pedagógico que possa delimitar os pressupostos teóricos que constroem a dinâmica institucional. A criança recebe a oportunidade dentro de sua devida faixa etária, para que possa desenvolver as suas habilidades, atribuindo a cada educador a responsabilidade pelo grupo no qual media a aprendizagem. A partir do momento em que a criança é acolhida na instituição, para o convívio com outras crianças e também com adultos, passam a fazer parte de um contexto social, que vai além de suas famílias, e isso se mostra fundamental para o seu desenvolvimento como indivíduo. Assim, a educação precisa ser apresentada a essa criança como uma prática lúdica, que gere prazer, baseada nas mais diversas experiências que a criança pode vivenciar no contexto escolar,

apresentando a essa criança estímulos diversos para a construção de novas experiências que possam levar a um desenvolvimento integral.

Com base no questionário aplicado, foi possível observar, através da opinião dos pais entrevistados, que eles, em sua maioria, não tinham a consciência da importância de participar da elaboração do PPP, muitos, nem ao menos sabiam qual a relevância desse documento no contexto escolar.

Portanto, é fundamental destacar que o gestor escolar precisa promover reuniões para explicar aos pais de seus alunos a importância do PPP no contexto educacional, somente assim, os pais poderão compreender que podem e devem participar e conhecer o documento norteador mais relevante da realidade de cada escola.

Quanto aos docentes, todos mostraram compreender a importância do PPP para a escola, bem como de sua participação na construção do mesmo, em decorrência de sua proximidade com os alunos e por serem parte de inquestionável importância para a construção do aprendizado.

Mesmo com tais garantias e o destaque de dos pontos positivos observados no Projeto Político Pedagógico em questão, é importante destacar que o mesmo não foi construído de maneira democrática, e isso traz a necessidade de discussões, considerando que é fundamental, num cenário escolar democrático, que todos os integrantes da comunidade escolar possa participar da construção do PPP, para que ele se mostre realmente democrático.

A instituição ainda enfrenta questões de limitação de recursos financeiros, que precisam ser driblados para o oferecimento de uma educação de qualidade:

O CMEI sofre também limitações na aquisição de material didático diferenciado para o desenvolvimento de algumas atividades, que enriqueceriam o currículo, tornando-o mais atrativo e mais compreensível em ações extraclasse devido aos poucos recursos financeiros. Apontamos também limitações como transporte para que as crianças tenham acesso a outros espaços, como por exemplo, passeios ao parque, bosque, visitas a indústrias, universidades etc. e ainda, outros fatores que influenciam no processo ensino-aprendizagem como a motivação do professor e do aluno, a relação entre ambos os aspectos emocionais, físicos e

neurológicos ligados à história de vida dos alunos (PPP, 2013, p. 19).

A questão democrática na formação do PPP, que se mostra imprescindível para que todos possam contribuir para uma realidade educacional mais participativa pode estar ligada ao tipo de público que a instituição educacional atende.

Nesse sentido, no caso do Centro de Educação Infantil estudado, o público atendido é carente financeiramente, e não está acostumado a cobrar ações democráticas das instituições de ensino. No entanto, é fundamental que se construa uma prática de conscientização das famílias dessas crianças, para que seja possível compreenderem a importância em participar da vida escolar de seus filhos desde o início, para que possam garantir a qualidade na formação intelectual dessas crianças.

4. Considerações finais:

É preciso destacar que a escola elaborou o seu Projeto Político Pedagógico sem a presença de toda a comunidade escolar, somente com a presença da coordenação e da direção escolar. Entretanto, o atendimento educativo, e a forma como essas crianças são alimentadas e orientadas são adequadas.

O presente estudo se mostrou fundamental para a construção de uma consciência acerca da importância do PPP para a qualidade educacional nas instituições de ensino, e também sobre a relevância da participação da comunidade escolar na elaboração deste documento imprescindível, buscando a reflexão das necessidades sociais.

A atualização e o desenvolvimento de um PPP com base na postura democrática é também muito importante, com um documento atualizado, é possível que os docentes possam realizar um trabalho educacional de maior qualidade, favorecendo o desenvolvimento de uma prática que busque defender a democratização efetiva do ensino no Brasil, que está baseada em escolas realmente democráticas.

A instituição estudada apresenta muitos pontos positivos, valorizando a importância da educação e com uma postura de responsabilidade apresentada por todos, na busca por uma formação de qualidade na base educacional de seus alunos.

Contudo, é preciso destacar a importância da participação de todos os integrantes da comunidade escolar na construção do PPP, que ainda não foi conquistada, mas que pode ser buscada através da aproximação dos pais na realidade escolar, que neste caso, deve partir de ações da própria escola, mostrando aos pais que a escola está pronta para dialogar e debater questões importantes.

Estudar este tema fez compreender o antes e depois da construção do PPP, acompanhar seu processo de formação e ampliação de segmentos mais aprofundados, contribuindo para a organização e benfeitorias da escola. . No geral a pesquisa reforça a idéia de que o PPP acaba sendo apenas um documento formal, e, que há necessidade de aprofundamento teórico - prático neste campo.

Assim, torna-se possível realizar uma educação ainda mais compreensiva, participativa e democrática, refletindo na formação de uma sociedade que saiba reivindicar seus direitos e compreender sua política.

5. Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Maria Helena Moura de; AGUIAR, Maria da Conceição Carrilho de. **Projeto Político Pedagógico e Gestão autônoma da escola**. Disponível em: <<http://www.cabo.pe.gov.br/saude/Artigo%20-%20TCC1%20-%20Helena.pdf>> Acesso em: 18 de julho de 2014.

DUARTE, Rosália. **Pesquisa qualitativa**: reflexões sobre o trabalho de campo. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000100005&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 17 de julho de 2014.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar**. Disponível em: <http://www.redecaes.com.br/bibliografia_janete/O%20projeto%20politico-pedagogico%20no%20contexto%20da%20gestao%20escolar.pdf> Acesso em: 15 de julho de 2014.

FRANÇA, Magna; BEZERRA, Maura Costa (orgs.). **Política Educacional: gestão e qualidade do ensino**. Brasília: Liber livro, 2009.

GADOTTI, Moacir. **"Pressupostos do projeto pedagógico"**. In: MEC, Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília, 28/8 a 2/9/94.

LONGHI, S. R. P.; BENTO, K. L. **Projeto Político Pedagógico**: Uma construção coletiva. Revista de divulgação técnico-científica do ICPG, vol. 3, n. 9, jul.-dez./2006.

MESQUITA, George Eduardo Ferreira de. **O Projeto Político Pedagógico como mecanismo de construção da gestão escolar democrática**. Disponível em:
<<http://www.editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/35051070e572e47d2c26c241ab88307f.pdf>> Acesso em: 17 de julho de 2014.

NEVES, Carmem Moreira de Castro. Autonomia da escola pública: um enfoque operacional. In: VEIGA, Ilma Passos A. (org.). **O Projeto Político-Pedagógico e a organização do trabalho da escola**. Campinas: Papirus, 1995.

PARO, V.H. **A gestão da educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escola pública**. In: SILVA, L.H. (Org.). **A escola cidadão no contexto da globalização**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.p.304.

PICOLI, Elaine S. A. **Projeto Político Pedagógico**: uma construção "coletiva"? Universidade Estadual de Maringá. Disponível em:
<<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/218-4.pdf>> Acesso em: 17 de julho de 2014.

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL CORA CORALINA (Creche Canaã). **Projeto Político Pedagógico**. Município de Umuarama, Paraná (2013).

QUEIROZ, M. I. P. **Relatos orais: do "indizível" ao "dizível"**. In: VON SIMSON, O. M. (org. e intr.). **Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais, v.5, 1988. p. 68-80.

SOUSA, José Vieira de Sousa. **Avanços e recuos na construção do projeto-político pedagógico em rede de ensino**. In: VEIGA, Ilma Passos A. e

RESENDE, Lúcia G. de (orgs.). **Escola**: espaço do projeto político-pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 1998.

VASCONCELLOS, Celso S.. **Coordenação do Trabalho Pedagógico**: do trabalho político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo, SP: Libertad, 2002.

VASCONCELLOS, Celso S. Planejamento: **projeto de ensino-aprendizagem e político-pedagógico**. São Paulo: Libertad, 2002.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico – elementos metodológicos para a elaboração e a realização. 16ª ed. São Paulo: Libertad, 2000 (1995). (Cadernos Pedagógicos do Libertad; v.1).

VASCONCELLOS, C.S. **Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e Projeto Educativo**. São Paulo, Libertad, 1995.

VASCONCELOS, J. F.; AZEVEDO, M. A. R.; CORTE, M. G. D.; CUNHA, G. R. **Os desafios da construção, implementação e avaliação do Projeto Político-Pedagógico na Educação Infantil**. Centro Universitário Franciscano – UNIFRA.

VEIGA, Ilma P.A. (Org.). **As Dimensões do Projeto Político-Pedagógico**. Campinas, 4. ed. SP: Papirus, 2001.

VEIGA, Ilma P.A. RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves (Orgs.). **Escola**: espaço do projeto político-pedagógico. Campinas: Papirus, 1998.

VEIGA, Ilma Passos A. (Org). **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível**. 3. Ed. Campinas: Papirus Editora, 1995.

VEIGA, Ilma Passos A. (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: SP. Papirus, 2004
(LDBEN, nº 9394/96, no Art. 12,13 e 14).